

## **ANEXO 18**

**REGULAMENTO DA TRANSIÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO (DENOMINADO LOTE 08) OBJETO DO CONTRATO DE CONCESSÃO 008/CR/1998, DA CONCESSIONÁRIA CENTROVIAS – Sistemas Rodoviários S.A. PARA A CONTRATADA, PARA A INTEGRAÇÃO AO LOTE PIRACICABA – PANORAMA**

## **ANEXO 18**

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2019

**CONCESSÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE PIRACICABA - PANORAMA, CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL**

## 1. Introdução

1.1. A Concessionária CENTROVIAS – Sistemas Rodoviários S.A. (doravante "CENTROVIAS") explora os serviços públicos de transporte relativos ao Sistema Rodoviário denominado LOTE 08, objeto do Contrato de Concessão 008/CR/1998.

1.2. O Sistema Rodoviário referido no subitem 1.1 desta Introdução, denominado LOTE 08, integra o Lote Piracicaba - Panorama, do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, objeto do Contrato de Concessão nº [●]. O LOTE 08 será transferido à CONCESSIONÁRIA, nos termos e condições estabelecidas neste ANEXO 18.

1.3. O regramento estabelecido neste ANEXO 18 visa à realização da transferência do Sistema Rodoviário denominado LOTE 08, da CENTROVIAS para a CONCESSIONÁRIA, ao final da vigência do Contrato de Concessão 008/CR/1998, de modo transparente e eficiente, preservando a continuidade da prestação do serviço público e os direitos dos Usuários e do PODER CONCEDENTE.

1.4. Eventuais obstáculos ao fiel cumprimento das disposições deste ANEXO 18, ainda que imputáveis a terceiros, não eximem a CONCESSIONÁRIA da assunção do Sistema Rodoviário objeto do LOTE 08 à zero hora do dia imediatamente subsequente ao do término da vigência do Contrato de nº 008/CR/1998, nos termos deste ANEXO 18. A assunção do LOTE 08 pela CONCESSIONÁRIA no prazo previsto no item 1.1 independe da realização ou conclusão de todas as Etapas estabelecidas neste ANEXO 18, nem tampouco a exime de qualquer responsabilidade prevista no CONTRATO DE CONCESSÃO, observado o equilíbrio econômico-financeiro e as hipóteses de extinção antecipada da CONCESSÃO.

1.4.1. A cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO referente às praças localizadas no SISTEMA REMANESCENTE (LOTE 08) deverá ser efetuada pela CONCESSIONÁRIA a partir da assunção do Sistema Rodoviário objeto do LOTE 08, devendo ser depositada na CONTA CENTRALIZADORA, nos termos do Contrato de Administração de Contas.

1.5 A CONCESSIONÁRIA é responsável exclusiva pelo ônus da sua omissão ou inércia nas providências previstas neste ANEXO 18.

## 2. Do objeto da transição

2.1. Com a transferência do LOTE 08 à CONCESSIONÁRIA, mediante a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE, serão transferidos, além do sistema rodoviário discriminado no item 2.1 deste ANEXO, também as rodovias de acessos e demais trechos rodoviários contíguos à malha que constituem o LOTE 08, conforme descrição apresentada no ANEXO 2. A soma do LOTE 08 e acessos e trechos descritos no ANEXO 2 é denominada SISTEMA REMANESCENTE, que passará a integrar o SISTEMA RODOVIÁRIO escopo da CONCESSÃO e, portanto, deverá ser considerado pela CONCESSIONÁRIA ao desempenhar todas as atividades e cumprir todas as obrigações relacionadas à exploração da CONCESSÃO.

## 3. Das prerrogativas da CONCESSIONÁRIA na transição do LOTE 08

3.1. A partir da data da assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR aprovado nos termos deste ANEXO, ficará autorizada a adotar providências voltadas à verificação do cumprimento, pela CENTROVIAS, das condições mínimas para devolução do Sistema Rodoviário objeto do LOTE 08 em bom estado, com atualização adequada, nos termos previstos no Anexo 10 - Condições de Devolução do Contrato de Concessão nº 008/CR/1998.

3.2. Dentre as providências que a CONCESSIONÁRIA estará autorizada a adotar, e considerando o disposto nos artigos 19, I, e 20, §§1º e 2º, da Lei 7.835, de 8 de maio de 1992, bem como as disposições do item "3 Recebimento" e seus subitens, do Anexo 10, do Contrato de Concessão nº 008/CR/1998, estão incluídas:

- (i) a participação na COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO do Sistema Rodoviário concedido à CENTROVIAS, de que trata o Anexo 10 do Contrato de Concessão 008/CR/1998, sem prejuízo da representação da ARTESP, na qualidade de Agência Reguladora;
- (ii) a realização de vistorias, juntamente com a ARTESP, nos termos dos artigos 19, I, e 20, §§1º e 2º, da Lei 7.835, de 8 de maio de 1992, do LOTE 08 concedido à CENTROVIAS;
- (iii) a realização de vistorias, juntamente com os demais membros da COMISSÃO referida no item (i) retro, do LOTE 08 concedido à CENTROVIAS, para verificar a existência das condições mínimas para devolução, previstas no Anexo 10 ao Contrato de Concessão 008/CR/1998;
- (iv) a elaboração de relatórios de vistorias, conforme regramento descrito no itens 3.3 a 3.8 abaixo, independentemente dos relatórios emitidos pela COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO e/ou ARTESP.

3.2.1 – Em quaisquer atividades listadas no item 3.2, a CONCESSIONÁRIA poderá oferecer sugestões dos parâmetros que nortearão a transferência do LOTE 08.

3.3 Caberá à CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR, realizar RELATÓRIO DE VISTORIA INICIAL e RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO, nos prazos estabelecidos neste ANEXO, para fins confirmação acerca da situação do LOTE 08 e eventual aferição de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO, se concretizados.

3.4. Os RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL devem ser elaborados de acordo com o padrão indicado na Tabela 1 abaixo. Todos os relatórios deverão conter uma tabela resumo descrevendo e numerando todos os itens apontados. Esta tabela deverá conter, além da descrição e numeração do evento, informações básicas de localização (rodovia, pista, quilômetro, coordenadas geográficas) e todos os itens deverão ser classificados/separados por natureza do evento (meio-ambiente, pavimento, drenagem, condição geológica/geotécnica etc.).

3.5. Embora os RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL devam ser inteiramente concluídos em até 100 (cem) dias da data de assinatura do CONTRATO, os seguintes prazos intermediários deverão ser cumpridos para a verificação das condições do respectivo trecho:

**Tabela 1 – Prazos para identificação de irregularidades do RELATÓRIO DE VISTORIA INICIAL**

Item	Parâmetros Técnicos da Matriz de Responsabilidade	Prazo para entrega dos respectivos RVI a partir da assinatura do CONTRATO	
		Fase 1 (30 dias)	Fase 2 (90 dias)
a	Processos Erosivos em taludes de corte e aterro	X	
b	Estabilidade dos taludes em relação às normas técnicas vigentes	X	
c	Assoreamento de sistema de drenagem e/ou drenagens naturais	X	
d	Ausência ou insuficiência de cobertura vegetal na faixa de domínio	X	
e	Presença de resíduos sólidos provenientes de atividades de terceiros	X	
f	Recuperação de Área de Preservação Permanente - APPs	X	
g	Investigações ambientais de áreas com potencial de contaminação	X	
h	Condição das passagens de fauna	X	

	existentes		
i	Presença de invasões da faixa de domínio	X	
j	Pendências de licenciamento ambiental do DER e CENTROVIAS	X	
l	Condição do sistema de drenagem superficial	X	
m	Condição do sistema de drenagem (exceto drenagem superficial)		X
n	Condição do pavimento (problemas pontuais e índices de IRI/QI e deflexão)		X
o	Condição estrutural das OAEs		X

3.6. Especificamente em relação aos passivos ambientais (itens de “a” a “g”) da Tabela supra, na eventualidade de se identificar novos passivos ou o agravamento de alguma das situações verificadas no ANEXO 2 em até 30 (trinta) dias após o recebimento do LOTE 08, deverá ser elaborado laudo técnico individual de cada evolução da ocorrência, o qual deverá ser assinado por profissional devidamente competente e com recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as seguintes informações:

- (i) Localização do passivo ambiental;
- (ii) Caracterização geral da área, incluindo um mapeamento geológico e geotécnico e de uso e cobertura do solo em escala detalhada (1:1.000);
- (iii) Descrição geral do tipo de passivo e da situação de agravamento identificada por meio de levantamento *in loco*;
- (iv) Análise temporal da área em estudo, por meio da utilização de imagens de satélite atualizadas e antigas, para fins de comparação;
- (v) Resultados de investigações geotécnicas de campo e laboratoriais que venham a demonstrar a situação de estabilidade do local, segundo Normas do DER, nos casos em que esse tipo de investigação é aplicável;
- (vi) Apresentação das soluções para recuperação do passivo ambiental;
- (vii) Croqui da situação identificada e da solução proposta para o passivo ambiental;
- (viii) Registro fotográfico da situação observada;
- (ix) Outras informações relevantes que possam auxiliar na demonstração das causas que levaram ao agravamento da situação observada.

3.7. A CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR, terá até 10 (dez) dias contados dos prazos listados na Tabela supra para enviar à ARTESP os RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL para avaliação, cujo conteúdo consistirá na identificação, dentro do prazo exigido, de irregularidades relativas aos respectivos itens técnicos.

3.8. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR, descumprir prazo intermediário de identificação de quaisquer itens técnicos listados na Tabela 1 acima, ou deixar de registrar item técnico nos respectivos RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL entregues, à CONCESSIONÁRIA será atribuído o risco relativo às correções e tratamento sobre o respectivo item, independentemente de identificação de irregularidade no RELATÓRIO DE VISTORIA INICIAL.

3.8.1. A identificação de irregularidade ou passivo no RELATÓRIO CONSOLIDADO DE VISTORIA INICIAL em descumprimento dos prazos intermediários previstos na "Tabela 1" supra, somente configurará EVENTO DE DESEQUILÍBRIO nos casos de vício oculto.

#### 4. Da Confecção dos RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL e RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO por RELATOR

4.1. Os RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL e RELATÓRIOS DE VISTORIA CONSOLIDADOS poderão

ser elaborados por pessoa física ou jurídica externa às PARTES e ao PODER CONCEDENTE e seus entes vinculados, conforme os prazos e regramento previstos neste ANEXO.

4.1.1. O RELATOR e seus prepostos não poderão ter tido nenhum tipo de vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nem delas ter percebido qualquer forma de remuneração, nos 12 (doze) meses precedentes à publicação do EDITAL, nem poderão ter nenhum tipo de vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nem delas perceber qualquer forma de remuneração, nos 12 (doze) meses posteriores à entrega do RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO.

4.2. O RELATOR será escolhido pela ARTESP entre um dos candidatos da lista tríplice proposta pela ADJUDICATÁRIA em prazo hábil para que possa atuar no âmbito dos procedimentos aqui descritos, nos casos em que a ADJUDICATÁRIA optar pelo RELATOR.

4.3. A elaboração de lista tríplice deverá obedecer, cumulativamente, aos critérios de ampla reputação técnica no mercado e inexistência de proibições para contratar com a Administração Pública.

4.4. A ARTESP poderá solicitar, a seu critério e por uma vez, a elaboração de nova lista tríplice, em até 7 (sete) dias da sua solicitação à ADJUDICATÁRIA, caso em que a ADJUDICATÁRIA deverá indicar uma nova lista tríplice, substituindo todos os três candidatos a RELATOR.

4.5. Todos os custos e eventuais responsabilidades relacionados à contratação do RELATOR serão exclusivamente atribuídos à CONCESSIONÁRIA, não cabendo qualquer espécie de ônus à ARTESP ou ao PODER CONCEDENTE.

4.6. Selecionado o RELATOR pela ARTESP, este procederá, por si ou seus prepostos, às vistorias referentes ao recebimento do SISTEMA RODOVIÁRIO e apresentará os RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL e RELATÓRIOS DE VISTORIA CONSOLIDADO, nos termos deste ANEXO.

4.7. O RELATOR será o responsável técnico, para todos os fins de direito, pelas informações apresentadas nos RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL e RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO, respondendo pessoalmente pela equipe que venha a contratar para seus levantamentos.

## 5. Da Transição

5.1. A COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO do Sistema Rodoviário integrante do LOTE 08, prevista no Anexo 10 do Contrato de Concessão nº 008/CR/1998, e a ARTESP serão responsáveis pela implementação das Etapas e Prazos estabelecidos no escopo daquele Contrato, visando (i) ao adequado e pleno retorno ao PODER CONCEDENTE dos direitos, privilégios e reversão dos bens vinculados à prestação do serviço objeto da Concessão vincenda, (ii) à continuidade da prestação do serviço público, (iii) à preservação dos direitos dos USUÁRIOS e do PODER CONCEDENTE.

5.2. Caberá à ARTESP, na condição de Agência Reguladora:

5.2.1. aprovar o relatório de vistoria e os parâmetros propostos pela COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO para transferência do sistema da CENTROVIAS para a CONCESSIONÁRIA;

5.2.2. dirimir conflitos entre os membros da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO; e

5.2.3. apreciar os RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL E RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO apresentados pela CONCESSIONÁRIA e instruir os processos administrativos para a análise fundamentada e posterior decisão sobre as questões neles aventadas pelo Conselho Diretor, inclusive quanto à abertura do processo administrativo sancionatório, em face da CENTROVIAS, se for o caso.

5.3. Em até 115 (cento e quinze) dias após a assinatura do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR, deverá apresentar ao Conselho Diretor da ARTESP o RELATÓRIO DE VISTORIA



CONSOLIDADO, nos termos do item 3 supra, consolidando as notificações de cumprimento de prazos intermediários e contendo:

(i) resumo da situação dos componentes verificados e das incorreções constatadas, incluindo informações:

a) sobre o cumprimento pela CENTROVIAS dos prazos estabelecidos nos relatórios de vistoria parciais da Comissão de Devolução do LOTE 08;

b) quanto ao atendimento, ou não, das condições de devolução do sistema previstas no Anexo 10 do Contrato de Concessão nº 008/CR/1998;

(ii) estimativa de eventual desequilíbrio econômico-financeiro a favor da CONCESSIONÁRIA, caso a CENTROVIAS não corrija as falhas apontadas antes da Transferência do LOTE 08, e caso caiba à CONCESSIONÁRIA proceder às correções necessárias à plena operação do LOTE 08 que lhe será transferido, configurando-se EVENTO DE DESEQUILÍBRIO e fazendo jus à consequente recomposição do equilíbrio-econômico do CONTRATO.

5.3.1. No RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO não será aceita nenhuma inclusão de itens que não conste dos RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL, ou seja, todos os itens deverão estar previamente cadastrados nos respectivos RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL entregues de acordo com os prazos previstos na Tabela 1 supra.

5.4. Recebido o RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO, a ARTESP o analisará e deliberará em até 45 (quarenta e cinco) dias.

5.4.1. A prorrogação do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias será possível se justificada, especialmente em caso de necessidade de realização de estudos e testes adicionais, e se de comum acordo entre as PARTES.

5.5. A validação integral e sem ressalvas pelo Conselho Diretor da ARTESP do RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO elaborado pela CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR, implica a plena aceitação pela CONCESSIONÁRIA das condições do SISTEMA REMANESCENTE.

5.6. Compete ao Conselho Diretor da ARTESP decidir sobre:

(i) regularidade do(s) procedimento(s) adotado(s) pela equipe da CENTROVIAS;

(ii) a adequação da estimativa oferecida pela CONCESSIONÁRIA, referida no subitem 4.3. (ii);

(iii) o recebimento e devolução do Sistema Rodoviário objeto do LOTE 08 e consequências em relação à CENTROVIAS, à CONCESSIONÁRIA e ao PODER CONCEDENTE, conforme o caso, assegurado o direito ao contraditório.

5.7. O recebimento provisório do Sistema Rodoviário objeto do LOTE 08 pelo PODER CONCEDENTE não exime a CENTROVIAS de eventuais responsabilidades técnicas, que somente se encerrarão nos termos e condições previstas na legislação pertinente e nas cláusulas do Contrato de Concessão 008/CR/1998, nem da responsabilidade civil de manter o PODER CONCEDENTE indene, em decorrência de garantia de vida útil dos bens reversíveis, prevista no Anexo 08 ao mesmo contrato retro referido.

## 6. Do Compartilhamento de Riscos e seus efeitos

6.1. A validação pelo Conselho de Diretores da ARTESP dos trabalhos da Comissão de Devolução, dos RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL e RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO elaborados pela CONCESSIONÁRIA e do Relatório de Vistoria da ARTESP implica a plena aceitação pela CONCESSIONÁRIA das condições do LOTE 08.

6.1.1. Caso a ARTESP não valide o RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO da  
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO  
R. Iguatemi, 105. Itaim Bibi. São Paulo. SP. CEP: 01451-011. FONE/FAX/ (11) 3465-2000

CONCESSIONÁRIA referido no item 5.3, no qual deverão ser apontadas todas as falhas e incorreções, além de estimativas de valores para fins de futuro reequilíbrio em favor da CONCESSIONÁRIA, esta poderá utilizar os métodos amigáveis de resolução de conflito previstos no CONTRATO para discutir eventuais divergências quanto à existência, ou não, das falhas e incorreções apontadas, inclusive a arbitragem.

6.2. As incorreções ou falhas não identificadas pela CONCESSIONÁRIA nos RELATÓRIOS DE VISTORIA INICIAL e RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO deverão ser por ela corrigidas e não constituirão EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO econômico-financeiro do CONTRATO, exceto os casos de vício oculto.

6.3. Nos casos de incorreções ou falhas identificadas pela CONCESSIONÁRIA nos Relatórios de Vistoria, a CONCESSIONÁRIA será obrigada a realizar as respectivas correções após determinação da ARTESP, configurando-se EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, fazendo jus a CONCESSIONÁRIA à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

6.4. Nos casos de vício oculto no SISTEMA REMANESCENTE, identificados posteriormente ao TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE à CONCESSIONÁRIA, mas dentro do período da garantia contratual de 6 (seis) anos prevista no Anexo 10 ao Contrato de Concessão 008/CR/1998, a CONTRATADA desde já anui com a eventual decisão da ARTESP de determinar à CENTROVIAS as devidas reparações, sob supervisão e mediante aprovação dos projetos pela CONCESSIONÁRIA juntamente com a ARTESP.

6.5. As incorreções ou falhas identificadas no RELATÓRIO DE VISTORIA CONSOLIDADO serão corrigidas pela CONCESSIONÁRIA e poderão constituir EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO econômico-financeiro do CONTRATO, desde que:

- (i) os passivos e/ou irregularidades ambientais não constem da lista e da definição disposta ANEXO 2 e tenham sido detectadas dentro dos prazos previstos na Tabela 1 e dos itens 3.5 e 3.6 acima;
- (ii) a ARTESP, além de aprovar a existência das incorreções ou falhas apontadas pela CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR, determinar sua reparação pela CONCESSIONÁRIA.

6.5.1. Na hipótese prevista no item 6.1.1., caberá CONCESSIONÁRIA o ônus de demonstrar os EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO previstos na item 6.5 supra, devendo para tanto subsidiar a ARTESP com os elementos exigidos pelas normas vigentes, bem como fotos, projetos, croquis, resultados de ensaios de controle de execução, relatórios de quantidades, orçamento de preço (teto de preço unitário será dado pela TPU DER/SP mais atual); contrato de prestação de serviços com quantidades e nota fiscal de prestação de serviços.

6.6. As falhas e incorreções apontadas pelo RELATOR e aprovadas pela ARTESP configurarão, necessariamente, EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, caso sua correção seja atribuída à CONCESSIONÁRIA, cuja aferição seguirá o disposto no item 5 deste ANEXO e cláusulas do CONTRATO.

6.7. Não serão vinculantes e presumidos corretos a existência do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO e o valor do desequilíbrio apresentados pelo RELATOR nos relatórios por ele subscritos, cabendo à ARTESP avaliar e aprovar o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

## **7. Das Funções de Operação e Dos Projetos de Engenharia**

7.1. A operação do SISTEMA RODOVIÁRIO deverá estar plenamente padronizada em toda a sua extensão em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE, ou seja, na data de encerramento do PAI.

7.2. As ampliações e respectivos Projetos Funcionais previstos para o período de vigência do CONTRATO estão previstos no ANEXO 7, devendo ser considerado, para fins de cronograma de obras, as datas



## 8. Inventário

8.1. O Relatório de Vistoria e demais documentos produzidos pela COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, e aceitos pela CONCESSIONÁRIA, e aprovado pela ARTESP na forma dos itens 3, 4 e 5 deste ANEXO integram o inventário de bens da CONCESSÃO, o qual deverá ser mantido atualizado e adequado, inclusive em termos tecnológicos e por meio de vídeo-registro georreferenciado, à prestação do serviço público durante todo o prazo de CONCESSÃO.

## 9. Da Garantia de Recebimento pela CONCESSIONÁRIA do Sistema Rodoviário objeto do Contrato de Concessão nº 008/CR/1998

9.1. O PODER CONCEDENTE garante o recebimento integral pela CONCESSIONÁRIA do Sistema Rodoviário de que trata o LOTE 08, objeto do Contrato de Concessão 008/CR/1998, na mesma data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL do SISTEMA EXISTENTE.

9.2. As partes reconhecem desde já que constitui EVENTO DE DESEQUILÍBRIO com efeitos prejudiciais ao PODER CONCEDENTE, havendo consequente necessidade de recomposição da equação econômico-financeira do CONTRATO em favor do PODER CONCEDENTE, a ser calculado nos termos do retro referido CONTRATO e considerando os itens 9.4 e 9.5 infra, a hipótese de antecipação do recebimento do LOTE 08, que passará a integrar o CONTRATO.

9.2.1. Implementando-se o evento acima referido, a CONCESSIONÁRIA não poderá recusar-se a receber antecipadamente o LOTE 08, assumindo, para com este trecho rodoviário, todas as obrigações e direitos derivados do CONTRATO e seus ANEXOS.

9.3. As partes reconhecem desde já que constitui EVENTO DE DESEQUILÍBRIO com efeitos prejudiciais à CONCESSIONÁRIA, havendo consequente necessidade de recomposição da equação econômico-financeira do CONTRATO em favor da CONCESSIONÁRIA, a ser calculado nos termos do retro referido CONTRATO e considerando os itens 9.4 e 9.5 infra, a hipótese de atraso no recebimento do LOTE 08, que passará a integrar o CONTRATO.

9.3.1. O atraso no recebimento do LOTE 08, que passará a integrar o CONTRATO, somente começará a ser computado a partir da data em que a CONCESSIONÁRIA passar a fazer jus a RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA decorrente da cobrança de TARIFA DE PEDÁGIO nas praças localizadas no SISTEMA REMANESCENTE (LOTE 08).

9.3.2. Configurando-se a hipótese descrita no item 9.3 a forma pela qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO será obrigatoriamente o ressarcimento ou indenização.

9.3.3. Nos termos do disposto no item 9.3 supra e seus subitens, a ARTESP deverá informar ao BANCO DEPOSITÁRIO, por meio de NOTIFICAÇÃO ANUAL, o montante a ser transferido para a conta corrente da CONCESSIONÁRIA decorrente do atraso na transferência do SISTEMA REMANESCENTE.

9.4. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro a ser calculada em decorrência dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO previstos nos itens 9.2 e 9.3 deste ANEXO deverá considerar o valor da tarifa quilométrica aplicável à CONCESSIONÁRIA, prevista no ANEXO 4, além dos tributos aplicáveis.

9.5. Para o cálculo da recomposição do equilíbrio em razão da ocorrência dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO previstos nas Cláusulas 9.2 e 9.3 deste ANEXO, será considerada a média mensal das despesas nominais do ano exercício de 2019 da CENTROVIAS para definição dos custos operacionais da CONCESSIONÁRIA, expressas no "Quadro 4B" apresentado pela CENTROVIAS e auditado pela ARTESP, devidamente atualizados, e observada a ocorrência do disposto no item 1.4.1 supra.

9.6. A previsão da Cláusula 9.3 não prejudica a possibilidade de extinção antecipada do Contrato em

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO  
R. Iguatemi, 105. Itaim Bibi. São Paulo. SP. CEP: 01451-011. FONE/FAX/ (11) 3465-2000

virtude do atraso superior a 180 (cento e oitenta) no TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE, conforme previsão da Cláusula 6.4 do CONTRATO.

## **10. Disposições Finais**

10.1. Para implementação do disposto neste ANEXO, é vedada a interferência, prejuízo, imposição de obstáculos ou ruptura de continuidade na prestação de serviços objeto do Contrato de Concessão nº 008/CR/1998, bem como a imposição de qualquer ônus à CENTROVIAS, ficando protegidos todos os direitos contratuais e de propriedade intelectual da CENTROVIAS.

10.1.1. Uma vez extinto o contrato de concessão com a CENTROVIAS, serão cedidos à ARTESP, sem ônus e definitivamente, os estudos, projetos e outros trabalhos de cunho intelectual criados e desenvolvidos durante a vigência do Contrato de Concessão nº 008/CR/1998, que poderão inclusive ser utilizados em futuros contratos de concessão e sem quaisquer restrições na hipótese de condicionarem a continuidade da prestação de serviços.

10.2. Toda e qualquer definição conjunta entre CENTROVIAS e CONCESSIONÁRIA, referente ou não à fase de transição, de caráter estritamente privado e que não tenha qualquer reflexo na prestação adequada do serviço concedido:

- (i) não ensejará qualquer direito a reequilíbrio em favor de qualquer das duas partes;
- (ii) não poderá implicar qualquer ônus ao PODER CONCEDENTE; e
- (iii) deverá ser comunicada à ARTESP.

10.3. Toda e qualquer definição conjunta entre CENTROVIAS e CONCESSIONÁRIA que tenha algum reflexo na prestação adequada do serviço concedido deverá ser previamente aprovada pela ARTESP.